

1. O Silêncio das Mulheres

Estudar a história das mulheres como um grupo social, a sua presença no campo intelectual e o modo como se relacionaram com a cultura escrita entre os séculos XV a XVIII é uma tarefa que conduz, necessariamente, a reflectir sobre o sentido do silêncio. Podemos mesmo dizer que grande parte da dificuldade deste estudo resulta do confronto inevitável com diferentes silêncios: o silêncio dos historiadores, que não se referem às obras de autoria feminina, o silêncio das fontes conservadas, nas quais as mulheres se encontram escassamente representadas, o silêncio dos discursos em circulação nesse período, que raramente se lhes referem, e até mesmo o silêncio insistentemente recomendado às mulheres (pelos educadores, pelos moralistas, pelos representantes da ordem monárquica e eclesiástica). Um silêncio tácito, raramente questionado, mesmo quando é sentido como um facto paradoxal. «O que mais se condena na mulher é não saber calar o que sabe; mas quantos homens há no mundo, que não guardam o segredo, senão do que ignoram?», perguntava Rafael Bluteau nas primeiras décadas do século XVIII. Especialmente significativo é o silêncio resultante da dificuldade em encontrar as vozes das próprias mulheres, transmitidas ao longo do tempo de forma fragmentada, muitas vezes mediadas e/ou manipuladas por terceiros ou dissimuladas por detrás de estratégias de ocultação montadas pelas próprias que urge identificar e entender.

As fontes disponíveis relativas à aprendizagem da escrita e da leitura pelas mulheres, ao seu exercício destas competências, à posse de livros e à familiaridade com a palavra impressa mostram como, durante séculos, essas actividades foram consideradas pouco adequadas ao género feminino. Durante o período aqui em foco, em Portugal como na generalidade dos países europeus herdeiros das matrizes culturais greco-latinas e judaico-cristãs, a separação dos sexos funcionou como um dos princípios organizadores da vida em sociedade. A construção social quer da feminilidade, quer da masculinidade assentava numa ló-

gica de diferenciação, que era apresentada como uma desigualdade natural e justificada com interpretações (hoje contestadas) dos textos bíblicos que associavam a mulher à culpa do pecado original (Gênesis, 2: 7-27; S. Paulo, 1 Timóteo 2: 13-14) ou a representavam simbolicamente como um ser inferior ao homem, que deveria ficar subordinado à vontade, à palavra e à orientação masculinas (S. Paulo, 1 Coríntios 7: 3-34; 1 Coríntios 11: 3-15; 1 Coríntios 14: 34-35; 1 Timóteo 2: 9-15; Efésios 5: 23; Marcos 10: 6-7). Num mundo em que o destino natural e inelutável das mulheres era a dedicação à vida conjugal e às tarefas da maternidade, as actividades do espírito tenderam a ser vistas como ocupações próprias dos homens e a aproximação das mulheres ao conhecimento encarada com desconfiança.

A leitura atenta dos discursos em circulação na época acerca das capacidades intelectuais das mulheres, da instrução que deveria ser-lhes ministrada, sobre as leituras mais recomendáveis para elas e as restrições que deveriam ser-lhes impostas no acesso ao saber permite identificar lugares-comuns, linhas de continuidade e algumas rupturas no modo de conceptualizar estas questões, que vale a pena pôr em evidência.

*Fica muito claro, por exemplo, que nem todas as recomendações se destinam a todas as mulheres. Quando se trata de rainhas, princesas e senhoras das camadas mais elevadas da sociedade, a familiaridade com a leitura e com a escrita, o conhecimento do latim e até a aprendizagem de outros idiomas são apresentados como dados adquiridos e vistos como ocupações moralmente inatacáveis. É assim que personagens como a Rainha D. Catarina de Áustria, a Infanta D. Maria ou sua sobrinha, a Senhora D. Maria, Princesa de Parma, são celebradas repetidamente quer como mecenas das letras, quer como exemplos raros de erudição e de virtude. É neste âmbito, e nas dedicatórias que acompanham as obras em que, na esteira do livro *De mulieribus claribus* de Boccaccio (1374), se celebram as virtudes, capacidades e feitos de mulheres ilustres, que se produz a maior parte das afirmações de reconhecimento da capacidade intelectual dos indivíduos do sexo feminino, geralmente contraposta aos entraves que lhes são socialmente impostos quando se esforçam por aceder ao mundo das letras.*

Assim, pois, a classe a que uma mulher pertence e o seu estado são elementos que interferem com o modo como são avaliados o desejo de saber e a aplicação ao estudo. Na pena dos moralistas que se referem às mulheres, estas diferenças estão sempre presentes. Diogo Paiva de Andrade, por exemplo, encontra na leitura de obras devotas e de vidas de santos um antídoto para a ociosidade feminina, que considera moralmente pernicioso. Na sua proposta de organização das actividades

diárias das mulheres distingue, contudo, entre as «que têm quem as sirva» e aquelas «que servem», sugerindo às primeiras a prática da leitura colectiva, em voz alta, de obras rigorosamente seleccionadas, para edificação das segundas, que não sabem ler.

Entre aristocratas frequentadoras da corte, sobretudo se são jovens, solteiras e sem obrigações familiares, o conhecimento do latim e o acesso à cultura erudita são enaltecidos, como acontece com Joana Vaz, a quem Rodrigo Sanches, no início do século de Quinhentos considera «digna merecidamente de ser igualada aos varões mais doutos» e com D. Leonor de Meneses, a quem o mesmo autor elogia o «talento e admirável inclinação» para os estudos. Como lembrará cerca de um século mais tarde D. Francisco de Portugal na Arte de galanteria, esperava-se que uma dama de corte soubesse fazer «uma endecha e uma redondilha» e fosse capaz de «responder a um mote». Mas, mesmo nesse universo, na maioria dos casos, o mesmo autor também recorda que «enquanto damas», não lhes aprova «maior estudo». Fora do ambiente cortês, tratando-se de uma mulher casada, de origem menos distinta, que não fora alfabetizada na infância e passava «dos vinte anos de idade», o conselho atribuído a Baltasar Dias é de que desista do «desejo de saber ler», se dedique ao marido e aos filhos e se concentre na oração, na devoção e na prática da virtude. Pela mesma época, e dirigindo-se às mulheres em geral, o P.^e António Vieira dirá que «infusões de letras não as costuma Deus comunicar a mulheres. A homens sim» e aconselhará «as senhoras e não senhoras» a limitar as curiosidades teológicas e as práticas devotionais às orações do Padre-Nosso e da Avé-Maria.

Nem mesmo às freiras, de quem se esperava a entrega à vida espiritual e a participação quotidiana em cerimónias religiosas celebradas em latim, se aconselhava um conhecimento profundo dessa língua, ou a aplicação ao canto de hinos religiosos, e muito menos a autonomia na escolha das leituras a fazer. As observações de autores como o P.^e António Vieira, Fr. António das Chagas, P.^e Manuel Bernardes e, em época mais recente, Luís António Verney, permitem perceber que a cultura média das religiosas era reduzida, e concluir que, apesar de ter havido um número significativo de autoras que encontraram na vida religiosa e no espaço conventual uma via de acesso à escrita e ao estudo, no interior dos mosteiros femininos se dava uma atenção bem maior ao controlo do acesso a livros e a saberes do que à aprendizagem e ao desenvolvimento de capacidades intelectuais.

Note-se, contudo, que se a actividade intelectual surge representada nestes discursos como algo a que raras mulheres têm acesso — che-